



EXTENSÃO RURAL COMO EDUCAÇÃO CRÍTICA E EMANCIPADORA: MÉTODOS E PRÁTICAS

Gáudia Maria Costa Leite Pereira (1); Xenusa Pereira Nunes (1);
Monica Aparecida Tomé Pereira (1)

1Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), gaudiacosta@gmail.com
1Prefeitura Municipal de Casa Nova - Bahia, xenusa.nunes@gmail.com
1Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), monica.tome @univasf.edu.br

Resumo

A partir de uma sucinta abordagem sobre os conceitos de Comunicação e Extensão, buscamos um fio condutor que trate da importância do técnico extensionista como educador, isto é, adote metodologias participativas de comunicação dialógica buscando estimular a tomada de consciência das situações problemas por parte dos beneficiários de Ater, através da reelaboração de questões e revisão de conceitos. A partir daí, passamos a fazer considerações sobre o que propõe a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Pnater. Buscamos exemplos de metodologias e técnicas participativas e discutimos os problemas da formação do técnico extensionista e a inadequação das grades curriculares pelos vários cursos de preparação do técnico. Consideramos que não basta ter teóricos que publiquem sobre a necessidade de readequação da prática extensionista e uma Lei bem elaborada e sugestiva sobre o tema, é preciso tratar a Extensão Rural com a prioridade que ela necessita, buscando a efetiva mudança nas práticas governamentais e institucionais.

Palavras-chave: educação, extensão rural, agricultura familiar.

Introdução

Este trabalho busca fazer uma breve revisão teórica sobre os conceitos de Extensão e Comunicação e sobre os Métodos e Práticas de Extensão Rural. Tem o objetivo de colher, a partir da literatura consultada, contribuições de autores de referência nos assuntos abordados. É importante frisar que não faremos uma retrospectiva sobre os métodos de Extensão Rural, mas um apanhado sobre o que temos de mais atual a respeito dos encaminhamentos propostos para essa política no Brasil.

Neste sentido, o texto encontra-se dividido em duas seções. A primeira, com uma breve revisão sobre os conceitos de Extensão e Comunicação, passando pela questão educacional, tomando como base, Freire, Bordenave, Marin e Rosseto, Nascimento e Hetkowski, que permitiram a ampliação e análise prática desse conceito. A partir deste apanhado, a segunda seção do texto discorre sobre Métodos e Práticas de Extensão Rural, considerando a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, em coerência com a Lei nº 12.188 de janeiro de 2010.

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



Falar de Extensão Rural é falar de educação. E falar de educação é abordar um aspecto importante da humanidade: a transformação. A Extensão Rural é uma educação não formal, onde educador e educando, a partir do saber de cada um, constroem novos saberes. Um processo feito pelo agricultor, que ao longo da história se apropria de conhecimentos, e pelo extensionista rural, que na academia e na ciência se prepara. Juntos, ambos conseguem construir novas realidades. A sala de aula é o campo, as plantações, o ambiente onde estão as criações – nos brejos, planaltos, lavrados, lagos, rios e riachos. O extensionista rural é um agente de desenvolvimento que vai aos mais longínquos grotões e recantos do País. Trabalha com os ribeirinhos, com as famílias de pequenos agricultores, com os pescadores artesanais, na agricultura urbana, com famílias excluídas, na periferia das grandes metrópoles, nas vilas e pequenas cidades. Também capta dados e informações importantes da realidade de cada comunidade, município, região e estado (SOARES, 2017).

Conceitos de Extensão e Comunicação

A palavra “extensão” é originária do Latim EXTENDERE, “estender, alargar, espalhar”. A palavra “comunicação” tem a sua origem no Latim COMMUNICATIO, e sua tradução literal seria algo como “tornar comum”, porém foi atribuído o significado de “ato de repartir, dividir, distribuir”. Este termo é derivado de COMMUNIS, que significava “algo compartilhado por vários, público, geral”.

Freire (1983) descreve como o conceito de “extensão” engloba ações que transformam o camponês em “coisa”, objeto de planos de desenvolvimento que o negam como ser de transformação do mundo, o tratando como um depósito que receba mecanicamente o que o homem “superior” (o técnico) define como moderno. Enfatiza que no seu “campo associativo”, como o termo “extensão” se encontra em relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação, etc.

Já nessa época, Freire passa a difundir a ideia de que o técnico é um educador e, como tal, deve reconhecer o homem enquanto ser de permanentes relações com o mundo. O homem como um ser histórico, inserido num permanente movimento de procura, que faz e refaz constantemente o seu saber. É com esse ser histórico se refazendo num processo contínuo de reconstrução que o técnico vai interagir. Nesse mesmo conceito, o técnico torna-se consciente de si mesmo e dos seus próprios processos de construção histórica e social. Portanto, a relação deve ser sempre horizontalizada e repleta de significados e ressignificações.

O conceito de extensão, analisado do ponto de vista semântico e do ponto de vista do seu equívoco gnosiológico, não corresponde ao trabalho indispensável, cada vez mais indispensável, de ordem técnica e humanista, que cabe ao agrônomo desenvolver (Freire, 1983).

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



Com sua visão humanista frente às necessidades e potencialidades dos camponeses, Freire se torna uma das maiores referências científicas, no Brasil e no mundo, sobre a humanização na extensão rural.

Bordenave também se afirma como uma referência no tocante à importância da comunicação e nos descreve como a comunicação pode ser usada, como um produto funcional da necessidade humana de expressão e relacionamento. A comunicação, numa perspectiva dialógica, deve ser radical. Em nenhum momento ou circunstâncias deve-se sobrepor um modo de ser ou um conhecimento sobre o outro, mas sim, adotar postura crítica em relação aos saberes, bem como, em relação aos processos em que tais saberes são construídos. Nos alerta que: “um melhor conhecimento da comunicação pode contribuir para que muitas pessoas adotem uma posição mais crítica e exigente ao que deveria ser a comunicação na sua sociedade” (BORDENAVE, 1997).

Na busca por novos autores que tratam da questão de Educação e Comunicação, consideramos Nascimento e Retkowski, que tratam as duas ideias como inseparáveis. Ao serem tratadas como separadas, a Comunicação passa a ser adotada como um método de transmissão e repasse de informações, e o acúmulo de informações resultando numa bagagem de conhecimento, e esta fica entendida como sendo Educação. Esse modelo equivocado e autoritário adotado pelo técnico resulta ser, além de conflitivo, vão. Pois, é percebido pelo camponês como imposição de saberes alienados, descontextualizados e descabidos e termina por gerar resistências e não adesão às mudanças:

A ideia de educação é a de que ela se constitui em um processo intencional, consciente, fundamentado na valorização da vida e que busca a orientação das pessoas para o conhecimento de si mesmas, como base para o autodomínio e para reconhecimento dos outros como diversos. A ideia de comunicação, por sua vez, é a de que ela é um processo social básico que expressa toda relação de transmissão e de potencialização de ideias, de valores, de sentimentos entre as pessoas mediante um infindável acervo de signos, de certo modo organizados pela linguagem pela qual se faça opção. As ideias de comunicação e de educação, embora sejam distintas, elas são inseparáveis (NASCIMENTO e HETKOWSKI, 2009).

Marin e Rossato se aprofundam na questão, buscando abordar as práticas sociais dos camponeses que, por vezes, rejeitam e resistem a uma Extensão que não seja educativa e que não considere tomar, como ponto de partida, os problemas vividos e sentidos por esses próprios camponeses na busca de soluções. A vida do camponês, no seu cotidiano, é repleta de situações problemas e de busca incessante das alternativas de soluções. A dinâmica do

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



tempo, do clima, da infraestrutura, dos animais, da natureza... Essa complexidade força o camponês a estar atento, alerta e disponível para identificar e solucionar problemas e, com anos ou séculos de experiência acumulada de geração em geração, é evidente que há certos padrões mentais e “receitas” que atendem às suas necessidades. Abandonar essas práticas que lhe dão segurança e efetividade, e adotar novas práticas que lhe escapam da governança, gera insegurança, além da resistência natural que o ser humano tem ao que é novidade e diferente dos costumes arraigados. Por isso, a relevância da revisão conceitual do técnico para que construa uma Extensão que deva propiciar a reflexão e a crítica para, a partir daí, se buscar uma nova ordem social.

A análise da ação educativa extensionista na modernização tecnológica no meio rural brasileiro necessita de um referencial teórico e metodológico que possibilite o entendimento da educação como prática histórico-social que se articula com o conjunto das forças materiais de produção e com o domínio político-social onde a mesma se realiza... Se a educação desenvolve-se numa realidade contraditória em que as forças sociais antagônicas coexistem, conseqüentemente a educação não é apenas um espaço e um mecanismo de reprodução. Na medida em que a educação promove o avanço das forças produtivas também abre espaço para manifestações das contradições. A Extensão Rural, ao repassar a “visão de mundo” dominante através de sua proclamação universal, debate-se com os trabalhadores rurais, que num movimento contrário à sociedade colocam em questionamentos tais anúncios. O fato é que homens não são apenas receptáculos dos depósitos de saber, mas são agentes históricos que participam de uma cosmovisão, originária de sua própria experiência de vida no mundo (MARIN e ROSSATO, 1994).

Considerando o descrito até aqui, podemos entender que a Extensão é um processo educativo que perpassa por uma comunicação dialógica e que estimula a tomada de consciência das situações problemas por parte dos beneficiários, provocando a reelaboração de questões e revisão de conceitos. Atuando, tendo como base uma educação crítica e emancipadora, que se dá através de relações horizontais e democráticas, que respeitem, e valorizem os saberes e culturas locais, que leve em conta as histórias e vivência das comunidades atendidas, resultando em ampliação da consciência, construção de novos paradigmas, novas abordagens e novas estratégias de soluções para os problemas.

Entretanto, observamos também que, embora os autores façam críticas ao modelo tradicional de Extensão e sugiram modalidade diferente na abordagem ao camponês, não se verifica críticas quanto à percepção de que a presença do saber do técnico seja importante para o camponês.



A estratégia de Educação e Comunicação aparece como um meio eficiente em persuadir o camponês para a adoção do “novo saber” trazido pelo extensionista. Portanto, os autores sugerem mudanças pedagógicas a fim de melhorar a eficiência prática da Extensão para produzir efeitos mais eficazes no sentido de o camponês aceitar com mais facilidade e assimilar o saber do técnico sobre o seu próprio saber, adotando práticas que sejam mais apropriadas para o enfrentamento dos problemas, como a solidariedade, participação como protagonista nas decisões coletivas, se inserindo de cabeça erguida nos processos resolutivos e de afirmação cidadã, etc. Não conseguem escapar, pois, da visão de desaprovação do saber do camponês e afirmação do saber “superior” do técnico.

Métodos e práticas de extensão rural

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Pnater orienta os serviços públicos de Ater no país, desde 2003. Passou a ser Lei Federal em 11 de janeiro de 2010 – Lei nº 12.188, e tem explícito em seus princípios e diretrizes, conceitos de uma pedagogia dialógica e participativa. Constata-se, entretanto, pelos atuais projetos em execução norteados por editais de Chamadas Públicas nos últimos anos, que o serviço de Ater no país ainda não se apropriou integralmente desses princípios e diretrizes. Isso se confirma na pluralidade de práticas extensionistas adotadas pelas diversas organizações de Ater, algumas inclusive, incoerentes com a abordagem pedagógica definida na Pnater (BRASIL, 2010).

A Pnater propõe um modelo de desenvolvimento sustentável para o meio rural, ancorado num conjunto de princípios que qualificam a ação extensionista e o serviço de assistência técnica e extensão rural prestado aos agricultores familiares e suas formas de organização. Dentre eles, destaca-se o princípio norteador desta proposta: “Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da política pública” (Lei nº. 12.188 de 11 de janeiro de 2010).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA disponibiliza uma publicação que trata de problemas e desafios para a construção da Pedagogia de Ater emancipadora, e descreve a necessidade de focar e valorizar os seguintes elementos: 1. O contexto cultural do agricultor; 2. As condições objetivas e subjetivas do agricultor; 3. O saber popular como ponto de partida; 4. O planejamento participativo; 5. As possibilidades de trabalho em grupo com os agricultores familiares; 6. A autonomia do agricultor como estratégia de empoderamento; 7. A perspectiva da educação popular; 8. A educação ambiental; 9. O respeito



e a valorização da diversidade; 10. A promoção da inclusão social; 11. A defesa dos direitos humanos e sociais; 12. A participação política em espaços de democracia; e 13. A formação continuada dos agentes de desenvolvimento rural (BRASIL, 2010).

Os pontos acima são apresentados como conceitos teóricos a serem adotados pelo técnico como estratégia para melhorar a comunicação e qualificar a relação social e interpessoal do técnico com a comunidade e dos membros da comunidade entre si. Com isto, conseguir melhores resultados práticos quanto à construção do conhecimento. Observa-se, portanto, que a “construção de (novos) conhecimentos” a serem adotados como mudanças necessárias pelo camponês, fazendo que ele abandone seus equívocos e adotem a verdade do técnico, continuam sendo o foco. Ao final, o técnico deverá ter conseguido, como sinônimo de bom resultado do seu trabalho profissional, que o camponês tenha aceitado sua presença e os instrumentos por ele trazidos para a construção dos novos saberes e esses saberes assimilados e adotados em seu cotidiano.

Essas práticas pedagógicas sugeridas, no entanto, não são adotadas na faculdade em relação ao estudante que será o agente de Ater, portanto o valor não está na pedagogia, mas no conhecimento em si, e a pedagogia aparece como mero instrumento de acesso para que o conhecimento do que é certo, trazido pelo técnico, seja implementado. Essa contradição acaba influenciando negativamente na prática do técnico que não consegue ser natural na sua forma de agir ao adotar a estratégia metodológica sugerida, mas artificialmente vai manipulando e conduzindo as técnicas pedagógicas para alcançar seu verdadeiro fim, que é introduzir suas concepções político-sociais, agrícola, ambiental, cultural, moral etc.

A Lei define ainda como fundamental que a construção da Pedagogia de Ater se oriente pelos seguintes procedimentos metodológicos: 1. O acolhimento; 2. A definição dos princípios de convivência; 3. A utilização de linguagem lúdica e de tradição popular; 4. A leitura do mundo; 5. A problematização; 6. O aprofundamento teórico; 7. A construção do conhecimento; 8. A avaliação; 9. A dimensão individual e a dimensão coletiva do processo de aprendizagem; 10. O trabalho pedagógico na perspectiva dos Círculos de Cultura; e 11. O registro e a sistematização (BRASIL, 2010).

Coelho (2014) nos relata exemplos de técnicas para diagnósticos participativos: 1. Calendário Sazonal; 2. Rotina Diária; 3. Mapeamento; 4. Construção; 5. Entra e Sai; 6. Diagrama de Venn ou Jogo de Bolas; 7. Realidade, Processo, Desejo; e 8. Matriz Temática; e ainda orienta que entre uma técnica e outra, sejam intercaladas dinâmicas de grupo que relaxem e desinibem os participantes do processo.



A criação de espaços dialogicamente interativos e discursivamente mediados estabelece um processo no qual são estabelecidos compromissos de responsabilidade, tanto entre indivíduos do grupo social envolvido quanto do profissional para com esses. Não se trata mais de um trabalho solitário e de escritório, exclusivo de gabinete, mais de uma proposta a ser feita de forma (com)partilhada, com os mais interessados, ou seja, os agricultores. (COELHO, 2014).

Temos acima um conjunto de mecanismos didáticos, ou melhor, uma lista, pois vários deles exigiriam adoção autêntica de práticas participativas e horizontalizadas para se concatenarem e serem considerados como conjunto. Essa didática, também não sendo elemento presente no cotidiano da família rural, vem como algo novo, trazido de fora para dentro e demarca a diferença entre os processos de reflexão construídos pelo camponês e os processos de reflexão e construção de conhecimentos adotados pelo técnico. Não consegue escapar, portanto, da adoção de recursos artificialmente “participativos”, da construção alienada de saberes cujos resultados não há garantias de que serão adotados pelo camponês como sendo saberes válidos para seu cotidiano. O protagonismo continua não sendo do camponês, mas do técnico que atrai o camponês para esse universo que se diz participativo.

A partir daí, temos um viés a ser analisado: termos estudiosos debruçados sobre a temática das metodologias participativas e uma Lei que estabeleça como deve ser a Assistência Técnica e Extensão Rural, com orientação de um trabalho humanizado, que leve em consideração a cultura e experiências de vida, que tenha suas práticas pautadas em metodologias participativas, consistem em um significativo avanço na questão do trabalho com a agricultura familiar, porém, não é o suficiente para botar tudo isso em prática. É preciso levar em consideração a quantidade de profissionais que trabalham na Extensão Rural, que não foram preparados para isso.

Karan e Freitas (2008) consideram que em relação aos técnicos que trabalham com pesquisa e extensão, um dos fatores que parece se colocar como limitante para trabalharem com abordagens participativas advém do frágil conhecimento e formação profissional para atuar nos sistemas de produção da agricultura familiar. Relatam que tal situação não causa espanto, pois no processo de formação acadêmica e técnica, a maioria deles foi formada não para entender o estabelecimento do agricultor familiar como um todo, onde a lógica não é só a da produção agrícola, mas está orientada por diversos fatores além dos aspectos econômicos, como os socioculturais e os ambientais.



Os desafios da Extensão Rural são mais que problemas pessoais de conduta, são problemas de instituição (BOURDIEU, 1996), ou seja, de algo que se instituiu e, como tal, realiza funções de maneira automática e predefinida. A perspectiva política de viabilização da Extensão Rural como um direito, e não só como um serviço, que poderia ou não ser prestado - essa postura implica disposição para aprendizagem da qual não se furta e para a qual se expõe (LELIS; COELHO; DIAS, 2012).

O que fica evidente é que há inconformações com o atual modelo predominante de Ater e há diferentes críticas e sugestões de modelos alternativos. Todos, entretanto, não mexem na concepção radical da questão que é a Academia avaliar a si mesma e mudar a relação interna com os futuros profissionais de Ater.

Chegamos a um ponto crucial, as grades curriculares das Ciências Agrárias. Segundo Silveira e Balem (2004), mesmo que as mudanças curriculares tenham em seu escopo um projeto político-pedagógico que aponta para a adequação, a questão metodológica é tratada de maneira formal e alienada. Formal porque consta do projeto curricular, mas não contém instrumentos para superar as práticas de ensino e a relação ensino-pesquisa-extensão que permitiriam uma mudança metodológica real. Alienada porque desconsidera o contexto onde será aplicada, pois os professores tendem a reproduzir suas práticas tradicionais de ensino, onde o conhecimento é visto como pronto e acabado, cabendo ao mestre embalar de forma adequada para chegar ao aluno. Não há instrumentos concretos para transformar as práticas de ensino e introduzir uma pedagogia construtivista.

Quanto ao funcionamento, à ação, observa-se que continuaram valendo, ao longo dos anos, os mesmos métodos e estratégias de trabalho implementadas desde o nascimento do extensionismo no Brasil. Sequer uma das 27 entidades estaduais fez, pelo menos até 2002, uma revisão crítica das chamadas metodologias de Extensão Rural. Os manuais, inclusive alguns recentes falam de carta circular, visita, reunião, unidade demonstrativa, dia de campo, etc., com o mesmo discurso dos antigos cursos de pré-serviço das décadas de 50 e 60... o que se tem observado é que as normas, regras e formas institucionais e de poder estabelecidas não estão sendo alteradas, pelo menos na maioria dos casos. Por conseguinte, mesmo quando se observa uma mudança no discurso oficial, essa mudança não se materializa na prática da gestão, nem na ação dos agentes de Ater junto aos agricultores (CAPORAL; RAMOS, 2006).

Segundo Caporal (2009), a formação de extensionistas não pode parar na formação inicial. Uma boa entidade de Ater precisa manter um programa continuado de qualificação profissional em serviços, que contribua para a permanente atualização sobre políticas públicas e situações conjunturais que implicam no desenvolvimento rural. Trata ainda da necessidade do conhecimento sobre as questões agroecológicas e de visão de mundo.

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



Diferente e contrariamente ao que é apontado por Caporal, não cabe - ao menos unilateralmente -, às instituições de Ater fazerem revisão de suas práticas, pois, as Chamadas Públicas condicionam as ações, os tempos, os métodos e os resultados a serem alcançados, conforme previstos em Editais. A aprovação do projeto da entidade executora só se dará se a entidade se comprometer com aquele modelo determinado pelo Edital.

Além disso, os técnicos contratados pela entidade vêm de escolas e universidades que não revisaram seus currículos e metodologias e formaram profissionais inabilitados para lidar com as incoerências presentes nas várias instâncias: a) na Pnater, que apregoa democracia e participação; b) na universidade que utiliza pedagogias tradicionais autoritárias; e c) nas entidades que tem vários limites na execução que está condicionada às regras do edital, pois tem os recursos comprometidos com as ações previstas e prazos fechados para a execução da ação, não dispondo nem de recursos nem de tempo para requalificar seus técnicos.

Conclusão

São muitas as conquistas quanto a uma Extensão Rural com metodologias participativas, que consideram o técnico extensionista como educador, os saberes culturais e a valorização de compromissos firmados, diminuindo desigualdades em prol do desenvolvimento sustentável, no entanto, ainda há muito que ser feito até que essa política possa ser consolidada, tanto em qualidade como em quantidade e acessada, com equidade, pela agricultura familiar no Brasil.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Ministério Do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER**. Brasília: MDA/SAF, 2010, 45p.

_____, **Lei nº. 12.188 de 11 de janeiro de 2010**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12188.htm - consultada em 16 de dezembro de 2016.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é comunicação?** São Paulo, Brasiliense, 1997.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. de F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia**. Brasília, setembro, 2006.

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



COELHO, F. M. G. **A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos.** Minas Gerais, Suprema, 2014, 188p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

Gramática.net.br: **comunicação** – disponível em: <<https://www.gramatica.net.br/origem-das-palavras/etimologia-de-comunicacao/>> - consultado em 15 de dezembro de 2016.

LELIS, D. A. S. de; COELHO, F. M. G; DIAS, M. M. **A necessidade das intervenções: extensão rural como serviço ou como direito?** Interações, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 69-80, jan./jun. 2012.

Lista de palavras: **extensão** - disponível em: <<http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/extensao/>> - consultado em 15 de dezembro de 2016.

KARAM, K. F.; FREITAS, L. A. dos S. de. Projeto “Construção de conhecimento e pesquisa participativa no PRAPEM/Microbacias2: estudo e análise de experiências-piloto em SC”. - TOR 029/2007 – **Relatório final pesquisa, extensão e aprendizagem participativa – PEAP: subsídios teórico-metodológicos.** Florianópolis: PRAPEM, 2008, 51p.

MARIN, J. O.; ROSSATO, R. **Os camponeses face à extensão rural.** Ciência Rural, Santa Maria, v. 24, n. 2, p. 439-447, 1994.

NASCIMENTO, A. D.; HETKOWSKI, T. M. Educação e comunicação – diálogos contemporâneos e novos espaços de reflexão. In: orgs. **Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, 400p.

SILVEIRA, P. R. C.; BALEM, T. A. IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. **Formação profissional e extensão rural: a incapacidade da superação do modelo agrícola.** Sergipe, 20 a 22 de outubro, 2014.

SOARES, J. S. **Extensão rural e desenvolvimento sustentável.** – disponível em: <<http://www.paginarural.com.br/artigo/1588/extensao-rural-e-desenvolvimento-sustentavel>>- consultado em 13 de agosto de 2017.